

## Saindo pela porta dos fundos: as contradições da solução liberal para a crise da democracia

Philippe Scerb

Trabalho preparado para apresentação no IX Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 6 a 10 de maio de 2019

Ao falar em crise de representação, no início da década, analistas políticos não lamentavam, necessariamente, o fenômeno. Índices decrescentes de participação eleitoral e a redução do número de filiados a partidos, por um lado, e a multiplicação de movimentos de rua, por outro, expressariam o desgaste de instituições e práticas políticas convencionais. Todavia, não era raro encontrar otimismo em interpretações que viam nesse descontentamento sinais de aprofundamento da democracia via a iminente abertura dos canais de participação e representação a camadas sociais historicamente marginalizadas da política. Com efeito, setores progressistas viram com bons olhos o ciclo de revoltas que, começando pelo mundo árabe em 2010 e passando por Espanha e Estados Unidos, em 2011, antes de chegar a países emergentes como Brasil e Turquia, em 2013, abalou a prática e a teoria política. O caráter democrático da primavera árabe, voltada contra velhos regimes autoritários, era evidente. 15M, Occupy Wall Street e junho de 2013, com forte protagonismo jovem, pressionavam as instituições, mas apontavam para mais liberdade, igualdade e participação. Não seria de bom tom identificar neles características antidemocráticas.

Já no final da década, porém, a crise de representação deu lugar à crise da democracia. E o otimismo de intelectuais e acadêmicos progressistas de outrora é proporcional ao pessimismo de agora<sup>1</sup>. A votação do Brexit e as eleições, seguidas dos governos controvertidos, de Victor Orbán, Donald Trump, da coalizão que administra a Itália sob as bandeiras do Movimento 5 Estrelas e da Liga e, claro, Jair Bolsonaro, entre outros, foram o bastante para afligir os espíritos comprometidos com o regime democrático, seja qual for o seu significado. As combinações particulares de uma agenda cultural conservadora e discriminatória com um programa de governo autoritário inspiram,

---

<sup>1</sup> Não se trata de generalizar, afinal são muitos aqueles que desconfiaram dos primeiros sinais de crise de representação, assim como há quem continue vendo potência democrática nos seus desdobramentos. Trata-se, simplesmente, de marcar a evolução do sentimento mais amplo acerca dos fenômenos políticos em discussão.

inclusive, comparações livres com os anos 30 do século passado, em que regimes de relativa liberdade foram substituídos por ordens abertamente antidemocráticas. Na esteira de uma crise econômica que deteriorou perspectivas e condições materiais de vida, em paralelo a uma desigualdade crescente, e em meio à contestação de privilégios ligados ao gênero, à origem, à cor e à orientação sexual, um grosso caldo de insatisfação alimenta o que autores como Larry Diamond (2015) têm chamado de “recessão democrática”.

O que aconteceu? O que fazer? São duas das perguntas que cientistas políticos têm feito cotidianamente. Tanto por motivos intelectuais, afinal não se podia imaginar um tal refluxo do regime democrático na sequência de uma acelerada expansão, quanto por motivos normativos, cujas razões prescindem de explicação. E dentre as respostas mais aventadas, destacam-se, por motivos de repercussão acadêmica e pública, aquelas oferecidas pelo amplo e diverso campo liberal<sup>2</sup>. A fim de sistematização, convém dividir o diagnóstico e os remédios defendidos pelos liberais em duas dimensões principais, embora sobrepostas. A primeira delas consiste em atribuir a crise democrática a uma progressiva polarização societal, em oposição ao consenso necessário para a democracia, e alimentada por certas lideranças demagógicas. Caberia, assim, às elites políticas resistirem ao apelo popular desses líderes e reconstruir uma espécie de acordo que permita àqueles dotados da razão, da moderação e da técnica retomar o curso normal dos assuntos públicos. A segunda dimensão comum a essas elaborações remete à ideia de que transformações de ordem econômica, cultural e política, além da irresponsabilidade de *outsiders*, têm colocado as instituições em risco. Normas formais e informais que regulam o sistema democrático vêm sendo contestadas e desrespeitadas frequentemente, o que ameaça a possibilidade de coexistência pacífica de adversários políticos e o próprio Estado de direito. Ao contornar os padrões de conduta esperados para o bom funcionamento da democracia, atores políticos esvaziam as instituições de sua credibilidade e, no limite, retiram sua condição de mediar pacificamente os interesses em disputa. Restaurar o respeito às normas é, então, tarefa primordial para aqueles preocupados com a saúde da democracia.

O esforço a que se pretende este texto é examinar essas duas facetas do alarme liberal acerca da crise da democracia e da ameaça populista à luz de uma de suas expressões acadêmicas mais

---

<sup>2</sup> Situamos neste campo todos aqueles que associam a democracia, sobretudo, à preservação do Estado de direito e das liberdades individuais, relegando a um segundo plano os princípios de igualdade e soberania popular. Para uma discussão sobre a relação entre liberalismo e democracia, ver Mouffe (2018: cap. 1)

mencionadas, a saber, o livro *Como as democracias morrem*, de Steven Levistky e Daniel Ziblatt, e de manifestações públicas de intelectuais sobre a realidade brasileira. A partir daí, almeja-se elaborar, com base em diferentes autores, uma crítica dos postulados fundamentais desse conjunto heterogêneo de defesa da democracia que venho chamando, por falta de melhor nome, de liberal. Buscarei, primeiramente, argumentar que a defesa do consenso parte de um erro de diagnóstico a respeito da crise da democracia, cuja origem é justamente determinada pela ausência de conflito. Em seguida, defenderei que a tentativa de preservação, ou resgate, da institucionalidade democrático-liberal ignora o esgotamento de uma estrutura formal de ação política frente a mudanças fundamentais nos modos de produção e reprodução de riquezas e símbolos. A insistência em resguardar o caráter pouco permeável aos conflitos sociais do poder instituído é simplesmente incompatível com as formas de participação e representação políticas às quais os governados vêm recorrendo, principalmente, mas não só, na periferia do capitalismo. A saída que tem sido defendida com mais vigor para a crise da democracia tem os olhos no retrovisor e é conduzida pelos de cima. Ela ignora constrangimentos de ordem material e, por mais contraditório que possa parecer, enfraquece a própria noção de democracia, tão cara àqueles que pretendem defendê-la.

### 1. Polarização, consenso e o papel das elites

O nível de conflito que uma democracia pode sustentar é deveras pequeno para grande parte de seus analistas. A imagem de uma sociedade polarizada em que forças políticas parecem apostar corrida em direção aos extremos do espectro ideológico assusta aqueles que identificam o regime democrático com categorias como o consenso, a moderação e a razão. Há divergências quanto à natureza do conflito social. Alguns reconhecem que ele expressa divisões reais no seio da sociedade, enquanto outros atribuem sua existência à ação interessada de líderes demagogos, que explorariam falsas oposições coletivas em benefício próprio. De toda maneira, há convergência quanto à necessidade de superar o conflito e afastar qualquer tipo de polarização societal da esfera política, pois não haveria compatibilidade possível entre radicalismo e democracia. O alinhamento a essa posição está claramente colocado nos debates sobre as eleições de Trump, nos Estados Unidos, e de Bolsonaro, no Brasil. Ambas consistiriam no resultado mais cristalino de processos

daninhos de polarização e confronto que ultrapassam, em uma relação que obedece a uma diversidade de sentidos, as linhas divisórias entre a sociedade e o mundo político das instituições.

Se o resultado das últimas eleições presidenciais americanas reforça o diagnóstico de recessão democrática ao encorajar líderes autoritários ao redor do mundo, por um lado, ele não pode ser considerado um ataque repentino e isolado a uma democracia em pleno funcionamento, por outro. É o que afirmam Levitsky e Ziblatt em *Como as democracias morrem*. De acordo com eles, a vitória eleitoral de Donald Trump é apenas o resultado de um processo histórico mais amplo de polarização sectária extrema “capaz de matar democracias” (2018: 20). A estabilidade democrática norte-americana teria se baseado, em larga medida, na exclusão racial formalmente vigente até meados dos anos 60. A partir da expansão dos direitos civis e do voto negro, inicia-se uma escalada de tensão e polarização no interior da sociedade responsável por desgastar o acordo bipartidário, que garantia o respeito a normas formais e informais indispensáveis ao regime democrático. Segundo os autores, o primeiro sintoma político de ruptura foi a ascensão do deputado republicano Newt Gingrich, que, a partir dos anos 90, teria explorado uma “onda de polarização enraizada no descontentamento público crescente” e ajudado a estabelecer a “política como guerra” como estratégia dominante do partido Republicano (idem: 144). A própria eleição de Obama teria exposto a polarização aguda entre o eleitorado dos dois partidos, mas também por parte da mídia, que chegou a ecoar protestos de grupos como o Tea Party, que qualificavam o presidente de marxista e ligado a grupos terroristas (idem: 152). Portanto, antes mesmo da eleição de Trump, a política americana já seria marcada por uma relação de animosidade entre as suas duas principais forças. O período de convivência harmoniosa entre adversários políticos, capazes de chegar a acordos e permitir o funcionamento constante das instituições ficara para trás. Trump seria apenas o retrato mais tosco de uma esfera política pautada pelo medo e a aversão em relação ao outro. Em outras palavras, o conflito já estava no lugar do consenso.

No caso brasileiro, o confronto tem sido a principal chave de explicação para uma quadra histórica absolutamente conturbada do ponto de vista político. O ainda confuso junho de 2013 opera como uma espécie de ponto de virada entre um período de estabilidade institucional e uma sequência de acontecimentos definida essencialmente pela divisão, presente em todas as eleições desde 2014, no impeachment de Dilma Rousseff e nos desdobramentos da operação Lava Jato. A eleição de Jair Bolsonaro, entusiasta notório da ditadura militar, é vista por uma ampla gama de analistas

como consequência desse ambiente marcado por polarização. De tal forma que o risco por que passa a jovem democracia nacional tem como principais responsáveis aqueles que estimulam o conflito. Intelectuais identificados com a esquerda, inclusive, têm demonstrado um profundo pesar pela crise do consenso. É o caso de Pablo Ortellado, que, em coluna publicada pela Folha de S.Paulo no dia da posse de Bolsonaro, afirmava:

“Embora os brasileiros defendam serviços públicos universais, o fim da corrupção e um bom convívio entre os diferentes, o antagonismo das identidades promove uma divisão artificial, de rótulos, a serviço de uma agenda política que é o avesso de tudo isso. Enquanto não abandonarmos as identidades políticas cujo antagonismo é alimentado por notícias hiperpartidárias e exploradas por grupos políticos organizados, não sairemos dessa armadilha”<sup>3</sup>.

Entre os dois turnos e também na Folha, Celso Rocha de Barros elogiava a virada ao centro do candidato do PT, Fernando Haddad, ao comemorar a adoção de um “discurso moderado” e a descrição da proposta do PT como social-democrata<sup>4</sup>. Já depois das eleições e frente a sinais de que o governo Bolsonaro não seria devidamente tutelado pelas raras figuras moderadas de seu entorno, Barros lamentou: “E lá vamos nós, que sempre nos orgulhamos da moderação e da disposição brasileiras para a acomodação, viver sob o governo mais distante do centro dentre todos os países democráticos contemporâneos”<sup>5</sup>.

É razoavelmente aceito, com efeito, o argumento de que a catástrofe representada pela eleição de Bolsonaro resulta do fim de um acordo entre elites políticas, que governaram o país desde a redemocratização e que, em meio a uma “luta fratricida”, nas palavras de Fernando Limongi<sup>6</sup>, colocaram a democracia brasileira em cheque. Sem negar de forma contundente a relevância de clivagens de ordem social e cultural que separam os eleitores, os analistas liberais concentram suas baterias na irresponsabilidade das elites para explicar a crise da democracia. É como se a classe política tivesse se deixado levar por interesses imediatos menores, pelo apelo popular de ideias inconsequentes e abandonado o compromisso fundamental com o próprio regime democrático que

---

<sup>3</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2019/01/a-divisao-consolidada.shtml>. Acessado em 26/03/2019.

<sup>4</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2018/10/haddad-encontrou-sua-voz-mas-bolsonaro-esconde-a-sua.shtml>. Acessado em 26/03/2019.

<sup>5</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2018/12/brasil-da-adeus-ao-centro.shtml>. Acessado em 26/03/2019.

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.valor.com.br/politica/6029415/abaixo-da-linha-da-miseria>. Acessado em 26/03/2019.

ajudou a construir. Diagnóstico semelhante, para não dizer idêntico, ao que traçam Levitsky e Ziblatt para o caso norte-americano. Frente a um cenário de polarização extrema, caberia às elites políticas, identificadas com os dois grandes partidos, resistir por meio de “um forte consenso bipartidário” (Levitsky e Ziblatt, 2018: 206). Segundo eles, líderes políticos têm duas opções diante da polarização extrema e a vulnerabilidade da massa em atender aos chamados de populistas: “considerar as divisões da sociedade como naturais, mas tentar se contrapor a elas com cooperação e compromissos no nível das elites” ou “superar a polarização” – espécie de eufemismo para um giro ao centro (idem: 208, 213).

Os autores de *Como as democracias morrem* sugerem que demagogos extremistas surgem de tempos em tempos em todas as sociedades. Caberia aos líderes políticos, notadamente os partidos, ter coragem suficiente para evitar que eles acumulem poder. Foi justamente a combinação entre primárias vinculantes, abertas a candidatos pouco inseridos no establishment político e social, e a condescendência da elite do partido republicano que teria permitido a eleição de Trump. Para Levitsky e Ziblatt, portanto, uma mistura letal de ambição, medo e cálculos equivocados levaram os caciques republicanos a se absterem de seu papel de “guardiões da democracia” contra líderes demagogos e ameaças autoritárias. A própria criação das primárias em meados do último século e como resposta à demanda por mais democracia teria exagerado na dose e aberto o campo para aventureiros (idem: 58). A democracia deve, portanto, ser protegida da tentação exercida sobre o eleitorado por líderes radicais. Frente à ameaça populista, compete às elites, representadas pelos partidos, proteger a democracia do povo. Note-se que não é difícil supor o lado para o qual os autores acreditam que deve pender o compromisso na tensão que, segundo eles, move a democracia (idem: 48):

“Em si mesmo, o excesso de confiança em guardiões é antidemocrático – pode criar um mundo de chefes partidários que ignoram as bases e não logram representar o povo. Porém, um excesso de confiança na ‘vontade popular’ também pode ser perigoso, pois arrisca levar à eleição de um demagogo que ameace a própria democracia. Não há escapatória dessa tensão. Há sempre compromissos”.

A decepção com os guardiões responsáveis pela preservação da ordem democrática também informa as análises locais sobre a eleição de Bolsonaro no pleito do último ano. Na sentença de Limongi (2018), já citado, predomina algo como: “A elite brasileira, e não só a política, caprichou. Todos, sem exceção, contribuíram e o resultado está aí”. A escolha de Fernando Haddad como candidato presidencial e potencial líder de uma certa “renovação” do Partido dos Trabalhadores

chegou a empolgar analistas de centro-esquerda, convencidos da importância do partido como esteio do sistema democrático nacional e da necessária moderação de seu discurso político-econômico. Celso Rocha de Barros dizia, no início do segundo turno, que Haddad “é perfeitamente capaz de levantar as bandeiras que o PT precisa defender, mas o partido precisa deixá-lo vencer” – o que implicava “ganhar terreno no centro, que não está interessado em discurso imbecil contra Lava Jato ou a favor do vagabundo Nicolás Maduro”<sup>7</sup>. A relação com o governo venezuelano é caro para essa corrente intelectual. Mathias Alencastro, por sua vez, criticou duramente, em 11 de janeiro deste ano, a ida da presidente do PT, Gleisi Hoffman, a Caracas. Segundo ele, a visita seria uma prova de que o partido segue avesso a qualquer tipo de renovação. E arrematou: “A história contará como a atual cúpula petista manipulou um drama nacional - a detenção da maior liderança da era democrática - e deslegitimou a campanha do seu maior agente renovar, Fernando Haddad, para assegurar a sua sobrevivência”<sup>8</sup>.

Para além de lamentar a irresponsabilidade da classe política na eleição de Bolsonaro, é comum entre os círculos progressistas brasileiros questionar o preparo do presidente eleito. Textos como o de Eliane Brum, publicado pelo site do El País no início do ano, não fazem outra coisa que não questionar o atentado que Bolsonaro representa à democracia exatamente por não pertencer a uma certa elite. Ao dizerem que ao invés de votar naquele que reconhecem como detentor de qualidades superiores, que o tornariam apto a governar, brasileiros escolheram um homem parecido com seu tio ou primo, como faz Brum, analistas associam democracia e governo dos mais preparados. No mesmo texto, a autora compara Lula a Bolsonaro da seguinte maneira:

“Lula era o melhor entre os seus, o melhor entre aqueles que os brancos do Sul discriminavam com a pecha de ‘cabeça chata’. Se sua origem e percurso levavam uma enorme novidade ao poder central de um dos países mais desiguais do mundo, a ideia de que aquele que é considerado o melhor deve ser o escolhido para governar atravessa a política e o conceito de democracia”<sup>9</sup>.

Está implícita na formulação de Brum e, em termos mais amplos, na concepção de democracia que vem sendo apresentada a ideia de que governar é uma prerrogativa de uma parcela restrita da

---

<sup>7</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2018/10/pt-volte-a-ser-digno-da-hora.shtml>. Acessado em 26/03/2019

<sup>8</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-ida-a-caracas-pt-demonstra-continuar-refem-da-sua-ala-mais-sectaria.shtml>. Acessado em 26/03/2019

<sup>9</sup> Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311\\_448043.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html). Acessado em 26/03/2019

população. Trata-se do caráter excepcional dos governantes ao qual fez referência Bernard Manin (1997) ao distinguir democracia e governos representativos. Dotadas de um preparo inacessível a todos e resultado de combinações particulares de técnica, razão, talento e responsabilidade, as elites não deveriam furtar-se do compromisso com a democracia e, portanto, com a autoridade sobre o povo. Esse último, afinal, por ser movido por paixões e interesses particulares de curto prazo, estaria sempre vulnerável aos apelos de lideranças demagógicas.

Uma oposição formulada em termos parecidos ficou muito evidente no debate público francês acerca do movimento dos coletes amarelos. De um lado, aparecem os moradores do campo, com sua educação precária, seus modos caipiras, seus valores atrasados e sua intransigência na reivindicação por poder de compra oposta aos esforços públicos contra o aquecimento global. De outro, resistem o governo, as elites e setores médios urbanos, com sua formação sofisticada, seus modos refinados, seus valores progressistas e sua disposição em levar a França para o futuro, a começar pela defesa do meio ambiente. A discussão suscitada pelo movimento, cujas dimensões ultrapassaram todas as previsões, retratou muito bem o medo do povo em sua face mais desordenada, inconformada e desejosa de participação nos assuntos públicos por parte daqueles convictos de que portam os bons valores, inclusive o democrático.

No Brasil, a razão, ou a falta dela, é também central no debate a respeito do apelo popular de Bolsonaro. Nos círculos progressistas, dois argumentos têm corrido lado a lado para explicar sua vitória eleitoral e informar a correta ação política diante dela. O primeiro deles consiste em dizer que a base fundamental de Bolsonaro é uma classe média “asselvajada”, movida pelo ódio e pela perda de privilégios materiais e simbólicos durante os governos do PT<sup>10</sup>. Já o segundo acoberta o elemento antipopular presente na sua concepção de democracia ao justificar a adesão das camadas populares ao ex-capitão pela infeliz natureza contraditória de sua consciência. Duas intervenções recentes de figuras identificadas amplamente com a esquerda são exemplos disso. Em entrevista à Folha de S.Paulo, a socióloga Esther Solano lamentou a intolerância característica do convívio com o outro na sociedade brasileira contemporânea e sugeriu que a saída para isso passa pela “alfabetização digital”, que consistiria em “educar o brasileiro para que ele saiba encontrar formas

---

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, o texto de Claudio Szynekier, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/01/bolsonaro-e-consequencia-de-atrofia-no-imaginario-brasileiro-diz-critico.shtml>. Acessado em 26/03/2019.



responsáveis de se informar por meio das redes sociais e também de se comportar dentro delas”<sup>11</sup>. Já Rosana-Pinheiro Machado, em uma interessante etnografia realizada com Lucia Mury Scalco sobre jovens da periferia de Porto Alegre que frequentavam “rolezinhos” no início da década e hoje simpatizam com Bolsonaro, conclui que “em todos os nossos debates, quando os meninos foram expostos a argumentos e debates mais longos, houve mudança de posicionamento” (Solano, 2018: 58).

Bolsonaro seria expressão, portanto, da famigerada falta de consciência. A versão mais cristalina dessa percepção foi vista no esforço de grupos de esquerda, ao fim das eleições de 2018, chamado “vira-voto”. Às vésperas do segundo turno, pessoas se dirigiram a pontos de intensa circulação de trabalhadores para dissuadir potenciais eleitores de Bolsonaro. Não deveria ser difícil, afinal, esclarecê-los da catástrofe que estavam prestes a cometer<sup>12</sup>. Se o populismo se alimenta da emoção, de valores corrompidos e da ignorância do povo, cabe a setores dotados de razão e bons valores proteger o regime democrático. O maior risco à democracia estaria na própria raiz da palavra: *demos*.

## 1.2. Uma democracia sem povo?

Jacques Rancière foi um dos primeiros a qualificar o período inaugurado com a queda do muro de Berlim de pós-democrático, em que uma espécie de cultura do consenso repudia os conflitos antigos e o recurso a especialistas e representantes prima sobre as paixões da multidão. Caracterizando a democracia como o poder daqueles que não têm razão para governar, o filósofo francês alega que qualquer tentativa de sua recuperação tem sido pejorativamente qualificada de populismo (2014). Por trás da crítica a governos cujo movimento supostamente se apoia nos desejos mais imediatos da massa e numa crítica constante às elites, estaria o mesmo incômodo com o indivíduo egoísta da sociedade democrática, que tudo faria a seu bel-prazer, formulado por Platão. Progressistas, ou a elite intelectual, se aproximariam, então, dos conservadores ao lamentar a individualidade do que deveria ser massa, agregada e comprometida com valores comuns. Afinal,

---

<sup>11</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/01/alfabetizacao-digital-e-antidoto-contr-odio-diz-sociologa.shtml>. Acessado em 26/03/2019.

<sup>12</sup> Vale notar que a mesma esquerda que condenou os críticos de classe média dos eleitores nordestinos do PT agora não poupa os pobres ao seu redor que elegeram Bolsonaro.

a individualidade deveria se restringir à elite, não estar ao alcance de todos. Indivíduos demasiadamente preocupados com interesses particulares e corporativos, incapazes de conter impulsos de consumo e prazer, estariam na origem da crise contemporânea da democracia. Não obstante, o que é visto como problema da democracia é, para Rancière, sinal mesmo de sua vitalidade enquanto poder daqueles que não têm título, em forma de nascimento, riqueza, ciência ou religião, para governar. Ao reservar-se, por meios que incluem a eleição, a prerrogativa do poder aos proprietários de títulos, a ignorância dos atrasados e o apego ao passado, presentes em eleições e revoltas recentes, são qualificados como populismo para dissimular a contradição entre legitimidade popular e científica.

Foi com base na ciência, com efeito, que os partidos da socialdemocracia europeia justificaram a adesão, mais ou menos explícita, à agenda neoliberal a partir do fim dos anos 80. Teorizada por autores como Anthony Giddens e posta em prática por políticos como Tony Blair, a aproximação dos partidos de esquerda em relação a seus adversários conservadores tradicionais alimentou a “crença na possibilidade de um consenso racional universal”, nas palavras de Chantal Mouffe (2015: 3). Algo que não passa de uma doce ilusão liberal, considerando que, segundo Carl Schmitt, alguma antítese de ordem religiosa, moral, econômica, ética ou outra será sempre suficientemente forte para reunir os seres humanos em grupos de amigos e inimigos. A tentativa liberal de aniquilar o político sempre fracassará, segundo Mouffe, pois sua dimensão antagonística é parte elementar mesmo de nossa condição ontológica (idem: 8).

Ao longo dos anos 90, na esteira do fim da URSS, as ameaças autoritárias foram razoavelmente contidas e a expansão democrática para além de qualquer fronteira ocidental parecia certa. O cenário mudou, contudo, a partir da crise financeira de 2008. Ao mesmo tempo em que as condições de vida de amplas camadas das sociedades europeias se deterioravam, os governos pareciam ignorar os índices crescentes de desigualdade social e insistiam em respostas concentradas em cortes de despesas e retirada de direitos. À percepção de que os interesses de grandes corporações e dos atores financeiros responsáveis pela crise saíam ilesos, ainda se somou, em diversos lugares, pressões culturais ligadas à perda de privilégios e status por parte de grupos historicamente favorecidos. Em meio a esse cenário de incertezas, partidos de esquerda, muitas vezes no governo, se mostravam completamente incapazes de oferecer alternativas programáticas aos ditames do “mercado” e perderam qualquer traço de distinção em relação às forças de direita.

Não à toa, argumenta Mouffe, o conflito – ou a política - voltou sob formas de identificação religiosas, nacionalistas, étnicas e morais. A alternativa aparecia. Mas não à esquerda, e sim no último flanco à direita.

A ameaça à democracia não se deve, para autores como Mouffe e Rancière, portanto, à erosão do consenso. É justamente a ausência de conflito, dependente de alternativas políticas claramente diferenciadas, que provocou a ascensão de líderes e forças políticas reacionárias. Caberia àqueles engajados na preservação – e, idealmente, no aprofundamento - da democracia recuperar uma efetiva oposição programática entre forças comprometidas com o regime democrático. Tarefa, porém, menos óbvia do que foi ao longo de boa parte do último século. Afinal, se a oposição capital-trabalho ordenava, sem grandes dificuldades, a disputa política no ocidente, a reorganização do modo de produção capitalista das últimas décadas, em que a indústria perde centralidade, tem prejudicado a delimitação de grupos sociais em conflito. Ao lado de Ernesto Laclau, Mouffe é uma das autoras que, já há algum tempo, tem questionado o pertencimento de classe como um critério suficiente para o ordenamento da luta política e defendido a construção político-discursiva de uma “cadeia de equivalências” capaz de articular lutas a priori desconexas. Partindo do pressuposto de que identidades coletivas dependem do estabelecimento de uma fronteira entre o nós e o eles, tem-se apostado exatamente na distinção entre o povo e as elites como motor fundamental da disputa política. O populismo aparece, então, como lógica política em que se estabelece uma relação entre representante e representado capaz de formar uma identidade e engendrar um tipo específico de ação transformadora (Laclau, 2013). Não por acaso, o último livro de Mouffe se chama *Por um populismo de esquerda*. A melhor forma de combater o populismo de direita não seria o consenso de centro, mas uma estratégia cujo objetivo seja a “cristalização da vontade coletiva sustentada em afetos comuns e que aspire uma ordem mais democrática” (2018: 76-77). A paixão, o líder e a oposição de ideias não são mais problemas. Passam a fazer parte da solução.

É plausível dizer que várias das principais forças políticas do ocidente têm caminhado no sentido sugerido por Mouffe. Ouve-se com frequência, inclusive, comentários segundo os quais a direção de partidos e movimentos de esquerda têm assumido direções radicais, irresponsáveis, demagógicas ou populistas. O que poderia ser visto como elogio, na medida em que a crítica sinaliza o retorno do conflito e, de alguma forma, a ruptura com uma percepção da democracia

que a associa ao liberalismo político e limita, conseqüentemente, o escopo desejado de participação. Princípios caros à democracia no sentido clássico, como igualdade e soberania popular, com efeito, foram marginalizados e indicam estar voltando à ordem do dia. Sem deixar de perturbar, contudo, uma série de atores e analistas.

Exemplos desse movimento podem ser vistos em partidos como o espanhol Podemos, que surgiu na esteira das grandes mobilizações do 15M rejeitando recursos discursivos tradicionais da esquerda e clamando pelo poder do “povo” em oposição à “casta”. Partido esse, aliás, que reivindica abertamente a inspiração nos trabalhos de Laclau e em experiências populistas latino-americanas. Forças tradicionais como o partido Democrata e o Partido Trabalhista britânico também reforçam o argumento de Mouffe. Enquanto o primeiro assiste à ascensão de figuras pouco moderadas para seus padrões, como Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez<sup>13</sup>, o segundo é dirigido à esquerda pelo popular Jeremy Corbyn, estranho ao establishment partidário. Na França, o tradicional Partido Socialista foi atropelado como principal força de esquerda pela França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon, logo após o excessivamente moderado governo Hollande. Inclusive, frente aos atos disruptivos dos coletes amarelos, enquanto parte da esquerda se mostrava incomodada com o fato de os manifestantes vacilarem em torno de posturas conservadoras, a França Insubmissa apoiou decisivamente o movimento, determinada a evitar uma clivagem moral entre democratas e antidemocratas e a disputar os rumos da revolta. Ao ficar ao lado dos homens comuns mobilizados contra a perfeita encarnação da elite representada pelo governo Macron, Mélenchon sugere partilhar a definição de democracia de Rancière.

Não cabe aqui discutir como o debate teórico e a experiência política brasileira se inserem nesse quadro, cujos contornos tratados até então são em larga medida particulares aos países avançados. Os governos Vargas e Lula, assim como outros episódios da história nacional, conferem à relação entre populismo e análise política uma forte carga normativa, como não poderia deixar de ser. Convém simplesmente notar como é forte, por aqui, a associação entre a categoria e noções como paternalismo e conciliação. Por um lado, sugere-se que um líder carismático retira a capacidade

---

<sup>13</sup> Recentemente elogiada por Steve Bannon, que a qualificou de populista de esquerda, em entrevista publicada pelo Estadão e disponível em <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,o-populismo-e-o-futuro-da-politica,70002724328>. Acessado em 26/03/2019.

de ação autônoma dos de baixo, tornando-os absolutamente passivos do ponto de vista político<sup>14</sup>. Por outro, o conceito parece imputar, necessariamente, uma espécie de aliança de classes que, embora ofereça avanços para os trabalhadores, é tutelada pelo consentimento circunstancial da classe dominante<sup>15</sup>. Há, portanto, uma discrepância com o debate apresentado acima, em que o populismo aparece como espécie de substituto para a luta de classes. No Brasil, ele está mais próximo do polo do consenso. Ainda mais importante é registrar como, ao criticar o populismo por “despolitizar” a massa, comum nos diagnósticos críticos ao lulismo, parte dos analistas da esquerda nacional acaba por menosprezar sua capacidade de agir de forma coerente com seus interesses. Justifica-se, em última instância, um governo de elites esclarecidas. Afinal, enquanto não tiverem clareza a respeito de sua própria condição, os de baixo serão facilmente orientados por um líder carismático incapaz de garantir a realização completa de um programa popular. A eleição de Bolsonaro só fez, portanto, reforçar a aposta nos de cima e, paradoxalmente, nos acordos costurados por eles.

## 2. O primado das instituições

Ademais do consenso, os liberais tendem a condicionar a saúde de um regime democrático à estabilidade de suas instituições. É por meio delas que os conflitos sociais devem ser mediados, sem que degenerem em violência. Se o primeiro teste à democracia é a chegada de um demagogo ao poder, o segundo, e definitivo, consiste em aferir se, uma vez lá, ele irá subverter as instituições democráticas ou será estrangulado por elas (Levitsky e Ziblatt, 2018: 18). Enquanto as elites partidárias são os guardiões da democracia, as instituições são suas “grades de proteção”. Diferentemente de boa parte dos analistas, porém, Levitsky e Ziblatt incluem em sua avaliação da solidez institucional o respeito a normas informais que sejam amplamente conhecidas e respeitadas. A ideia que subjaz o argumento é de que, caso os atores políticos desrespeitem convenções tácitas, é possível que o regime democrático degenerere por dentro do seu arcabouço institucional.

---

<sup>14</sup> Ver Jorge Ferreira (2017) para uma interpretação crítica da disseminada interpretação de Francisco Weffort sobre o populismo no Brasil.

<sup>15</sup> Ver Boito para uma aproximação entre o populismo e a experiência lulista (2018)

As principais normas informais a garantir a estabilidade democrática, segundo os autores de *Como as democracias morrem*, consistem na tolerância mútua e na reserva institucional. Ocorre que, em contextos de ampla polarização, tratar rivais como inimigos costuma ser rentável. Enquanto há medo e aversão em relação ao outro, uma estratégia de “jogo duro institucional”, em que atores abusam de suas prerrogativas legais para alterar as regras e as condições da disputa, parece plenamente legítima. Além disso, situações como a que vivemos tenderiam a enfraquecer o equilíbrio delicado entre os poderes e os mecanismos de freios e contrapesos a um executivo popular. Que papel caberia, então, à oposição frente ao tensionamento das instituições democráticas? Entre “lutar como os republicanos” e lutar por meio de “um forte consenso bipartidário”, Levitsky e Ziblatt são enfáticos na defesa da última opção para o Partido Democrata (idem: 206). Pois a radicalização da oposição impediria a aproximação de dissidentes do governo. Protestos de rua, por sua vez, deveriam ter por objetivo a defesa dos direitos e das instituições. É por meio de uma disputa contida à institucionalidade e voltada para a atração dos setores da elite corrompidos pelo espírito populista, portanto, que os progressistas devem resistir às ameaças antidemocráticas.

Algo parecido se observa na proposta de boa parte da esquerda brasileira quanto à resistência ao governo Bolsonaro. Foram muitos, de fato, os que se pronunciaram a favor de uma frente ampla pela democracia, que abarcasse forças de todo o espectro ideológico em defesa de direitos civis e políticos. O esforço é digno e absolutamente compreensível face às ameaças emitidas desde a campanha<sup>16</sup>, às intenções e medidas de evidente caráter autoritário já tomadas<sup>17</sup> e, claro, à constatação de que sem liberdades como aquelas de expressão e organização pouco se pode fazer no sentido do aprofundamento substantivo da democracia. Por outro lado, evocar a preservação da democracia sinaliza, inevitavelmente, uma espécie de satisfação com a ordem ameaçada. Muitos especialistas têm dito que as instituições “estão funcionando”. Ora, só nos resta, então, lutar para que elas sejam conservadas.

---

<sup>16</sup> Basta ouvir à fala do então candidato Bolsonaro transmitida em ato na Avenida Paulista, em 21 de outubro de 2018, para se ter dimensão do problema. Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KznEhYR9NeA>. Acessado em 26/03/2019.

<sup>17</sup> Poderíamos falar do endurecimento da legislação criminal e de medidas administrativas que têm como alvo movimentos sociais, professores e funcionários públicos críticos ao governo.

Caberia questionar a contento de quem as instituições estão funcionando. Felizmente muitos já o fizeram e nos poupam o trabalho<sup>18</sup>. Desconsideremos os abusos legais evidentes do processo de impeachment de Dilma Rousseff e da operação Lava Jato como um todo e concentremo-nos, para os propósitos deste texto, na prisão de Lula e a contradição que ela expressa entre o suposto respeito às normas republicanas e a soberania popular. Afinal, a prisão, determinada pelo futuro ministro de Bolsonaro, em velocidade recorde, e às vésperas de uma eleição presidencial que ele provavelmente venceria<sup>19</sup>, revelou em que medida a observação da lei pode se opor à vontade do povo. É como se as instituições se apoiassem na sua própria legitimidade para proteger a democracia do *demos*. Não surpreende que boa parte do debate público suscitado pelo bom desempenho de Lula nas pesquisas de intenção de voto tenha girado em torno da seguinte pergunta: o que faz o povo eleger um político comprovadamente corrupto<sup>20</sup>? O povo e sua ignorância já eram reconhecidos como o problema de antemão. Frente à dificuldade de educa-lo, porém, restaria apenas a tutela sobre o sufrágio. A maior contradição é que, para tanto, tenha sido necessário o desrespeito ao fundamento mesmo do liberalismo político, a saber, o Estado de direito.

O apreço dos liberais pelo consenso foi criticado, acima, a partir, sobretudo, da contribuição de Chantal Mouffe. Todavia, é preciso recorrer a outros autores para contrapor-nos à centralidade que esse vasto campo dá à estabilidade do poder instituído como requisito para a democracia. Afinal, se Mouffe contesta a possibilidade de superação dos conflitos políticos por meio da razão, ela não acredita que o aprofundamento da democracia exija uma rejeição do modelo democrático liberal (2015: 32). Pelo contrário, adverte quanto ao perigo de a esquerda cair novamente na tentação revolucionária, abandonada na segunda metade do século XX. Seu receio é de que o antagonismo descambe para uma ação política cujo fim seja a eliminação do outro. É nesse sentido que ela limita sua adesão a Schmitt e defende o que chama de luta agonística, em que “opponentes sabem que não há solução racional a seu conflito e nunca vão estar de acordo, mas aceitam a legitimidade do adversário” (Errejón e Mouffe, 2015: 50). O incômodo da autora com a hegemonia do

---

<sup>18</sup> Ver Souza, 2016; Miguel, 2017, entre outros

<sup>19</sup> Pesquisas de intenção de voto ao longo de 2018 mostravam, seguidamente, o favoritismo de Lula. Em 22 de agosto, por exemplo, ele vencia em todos os cenários de segundo turno. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>. Acessado em 27/03/2019.

<sup>20</sup> Ver, por exemplo, texto do cientista político Marcus André Melo sobre a relação entre voto e corrupção publicado neste período. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/marcus-melo/2018/09/clareza-de-responsabilidade.shtml>. Acessado em 27/03/2019.

liberalismo político em detrimento da igualdade e da soberania popular nas sociedades europeias de hoje não a torna, portanto, uma crítica de seus preceitos.

O populismo de esquerda ao qual Mouffe adere não supõe a subversão das instituições liberais, compatível, segundo ela, com uma transformação radical das relações de poder socioeconômicas (2018: 46). No fundo, o que se almeja pela crítica à cooptação neoliberal dos partidos de esquerda, na Europa, é o retorno a um projeto autêntico de socialdemocracia. A nostalgia em relação ao estado de bem-estar dos trinta gloriosos informa uma concepção um tanto vaga de aprofundamento democrático. A própria referência a Gramsci vai até o ponto em que o autor italiano entendia a guerra de posição como preparação para a guerra de movimento. “Isso abandonamos”, afirma Mouffe (Errejón e Mouffe, 2015: 33). Não há ruptura, nem sequer desvio da ordem para um programa que recusa o falso dilema entre reforma e revolução para propor uma volta a uma condição evidentemente virtuosa, sobretudo em meio às perspectivas oferecidas pela combinação nefasta de liberalismo econômico com autoritarismo político. Resta saber o quão compatível é esse programa com as mudanças em curso nos planos econômico e político.

## 2.2. A política dos governados

A crise da democracia liberal tem o mérito de tornar a própria democracia um objeto de análise. Depois de um longo período estudando desenhos institucionais e seus efeitos, entre outros temas ligados ao funcionamento da democracia liberal, a Ciência Política vai ter de voltar, por necessidade, a discutir e relacionar democracia e capitalismo (Streeck, 2017: 185). Com efeito, Wolfgang Streeck, entre outros, têm sustentado que as evoluções recentes do último têm prejudicado sua compatibilidade com a primeira. Os motivos são variados e passam por: crescente desigualdade; pressão para que governos transfiram poder de decisão para corporações; menor participação popular; tendência de menor crescimento e acirramento da disputa distributiva; esforço crescente para escapar de tributação; necessidade de endividamento privado para suprir a retração de direitos sociais; e progressivo endividamento público a comprometer o orçamento com juros (idem: 186).

Ao sugerir a recuperação de um pacto capital-trabalho que sustente a democracia, portanto, autores como Mouffe e, no Brasil, aqueles nostálgicos em relação ao lulismo atribuem demasiada



autonomia a decisões de ordem política. Ignora-se que, apesar de sua faculdade inventiva, a política é feita sob certas condições socioeconômicas. E conforme nos aproximamos do limite possível da comodificação do dinheiro, da terra e do trabalho (idem: 221), nos termos de Polanyi, o potencial de criação da política deve obedecer a uma lógica distinta daquela que operou no século passado. O cenário é ainda mais grave para os saudosos de soluções antigas na medida em que, seguindo Streeck, o neoliberalismo tem destruído as capacidades dos partidos e do Estado desempenharem o papel crucial de contenção social ao avanço das relações de mercado (idem: 224). Nesse sentido, é notável a contradição das receitas progressistas, de corte liberal ou populista, que recorrem a uma ordem cujos sinais de esgotamento são evidentes. Ao contornar os dispositivos legais para assegurar seus interesses, como têm feito no Brasil e em outras partes, setores importantes das elites econômicas e políticas dão sinais de compreensão do momento histórico. Enquanto isso, as esquerdas parecem apostar ingenuamente em um arcabouço institucional e normativo em crise para tentar sair dela.

Estamos, afinal, diante de um problema que não é apenas político, mas assume uma feição de ordem teórico-normativa e que consiste em estabelecer uma equivalência entre o conceito de democracia e a estabilidade das instituições liberais. De tal forma, a eleição de candidatos críticos ao *establishment* e a mobilização de setores populares contra medidas julgadas técnicas, inevitáveis e razoáveis soam automaticamente como ameaça. Poderíamos inverter o léxico em uso e, a partir do trabalho de Partha Chatterjee (2004), pensar o momento político que vivemos como fruto de uma contradição entre democracia e modernidade, em que a crise afeta a última e não necessariamente a primeira. É verdade que o cientista político indiano tem os olhos voltados para seu país e almeja, no máximo, expandir o escopo de sua análise a contextos pós-coloniais característicos da Ásia e da África. Contudo, os processos em curso em outras partes da periferia, mas também no centro do capitalismo, em que as normas formais e informais que regulam o jogo não parecem mais dar conta de mediar os conflitos sociais, se aproximam com vigor daquilo que Chatterjee chama de política dos governados - ou sociedade política.

Em oposição ao previsto pela teoria política democrática, o autor argumenta que, em países de larga experiência de colônia europeia, a evolução da cidadania não obedeceu ao percurso traçado por Thomas H. Marshall. As demandas de cidadania universal incitadas pelos preceitos da política moderna fizeram com que tecnologias de governamentalidade capturassem o Estado-nação, levado

a proteger direitos particulares em detrimento da própria normatividade moderna. Em outras palavras, noções projetadas pelo modelo ocidental de soberania popular e direitos universais outorgaram ao Estado a responsabilidade de garantir o bem-estar de sua população. Porém, como nem todos os membros de comunidades marcadas pela escassez teriam acesso à completude dos direitos por via legal, observa-se uma dinâmica de reivindicações e respostas estatais de ordem privada e heterogênea. O quadro aqui é antagônico àquele previsto pela teoria política liberal, em que a relação entre sociedade civil e Estado é mediada pela representação política de cidadãos dotados de direitos iguais. Chatterjee propõe, então, o conceito de sociedade política para qualificar a relação entre populações (governados) e agências governamentais movida pela busca de segurança e bem-estar e garantida por meio de políticas absolutamente variadas (2004: 37-38). Embora essa relação se dê à margem de normas legais, muitas vezes em prejuízo delas e por meio de uma interação multifacetada com as instâncias formais de representação, como o voto e os partidos, o autor defende ser imperativo reconhecê-la como um tipo relativamente recente de interação entre o que ele chama de política da elite e política dos subalternos.

A política dos subalternos, com efeito, transgrediria com frequência as linhas estritas da legalidade em meio a constrangimentos materiais inescapáveis. Segundo Chatterjee, muitos desses grupos populacionais, mais ou menos organizados, vivem em ocupações ilegais, fazem uso de água e eletricidade ilegal, viajam sem bilhete no transporte público e, exatamente por isso, as autoridades não podem tratá-los da mesma maneira com que trata outras associações civis que seguem objetivos sociais mais legítimos. Assim como que não podem ignorá-los, pois são significativamente numerosos e sua sobrevivência depende, em ampla medida, da violação da lei. O reconhecimento da sociedade política nada mais é que aceitar a chegada aos corredores do poder de “algumas das expressões feias e de violência da vida popular” (2004: 74). O que se aproxima da definição de democracia de Rancière, anotada acima.

Cumprir notar também como a proliferação dessas atividades abala as referências do debate tradicional e preocupa círculos progressistas. Afinal, práticas desordenadas, corruptas e irracionais invadem os espaços da vida cívica e comprometem a busca da modernidade, que no âmbito político é associada à disputa política circunscrita a cálculos eleitorais e acordos institucionais. É explícita aqui a contradição entre democracia e modernidade e que assume a forma, em países como a Índia, de lutas contínuas entre concepções elitistas e populares da democracia. De um lado,

comprometidos com a modernidade lamentam o abandono da política esclarecida, da razão e de valores universais. De outro, imperativos normativos constroem o respeito à lei, à constitucionalidade e à igualdade formal. Chatterjee sugere, frente a essa tensão, a superação da moralidade na compreensão da política e da relação entre as populações e o Estado. De alguma forma resignado às condições objetivas segundo as quais os governados são levados a abrir mão da soberania popular propriamente dita, o autor sublinha a propensão da sociedade política a recorrer a meios indisponíveis na sociedade civil para ampliar suas liberdades. Segundo ele,

“Nossas práticas governamentais ainda estão baseadas na premissa, colocada por Aristóteles, de que nem todos podem governar. O que tentei mostrar é que ao lado da promessa abstrata de soberania popular, as pessoas na maior parte do mundo estão descobrindo novas formas pelas quais elas podem escolher como elas devem ser governadas. Muitas das formas que mostrei incomodariam Aristóteles, pois mostrariam como líderes populares podem passar por cima da lei. Mas poderíamos convencê-lo de que dessa forma as pessoas estão aprendendo e forçando seus governantes a aprender como eles prefeririam ser governados. E isso é uma boa justificativa ética para a democracia.” (2004: 77-78)

A contribuição de Chatterjee ajuda, de fato, a pensar o público para além das mediações institucionais modernas. Eventos contemporâneos de mobilização exigem, afinal, uma forma de olhar para a política capaz de enxergar a dimensão instituinte de lutas que se movem de baixo para cima e por fora do arcabouço formal conferido à política. Por motivos e com objetivos diferentes, analistas liberais e autores que aderem à proposta teórico-política de Mouffe e Laclau subestimam a dimensão imanente, ou participativa, da democracia e atribuem à política a competência de produzir – ou conter - o social, que assume uma forma pré-política. No caso dos últimos, sua noção de populismo carece de referente objetivo e acaba por associar o conflito político a uma lógica de linguagem, como sugere Verónica Gago (2018). Estabelece-se, assim, uma autonomia da política como locus privilegiado de ação social que desloca a agência popular para o Estado e para líderes capazes de permitir a totalização frustrada do povo (idem: 343). Embora critique o liberalismo por ter medo das massas, Laclau e Mouffe confiam a elas uma posição eminentemente passiva e regulada frente à quase onipotência de uma certa prática discursiva elaborada a partir de cima, por parte de lideranças e partidos. Já o espaço de ação política por excelência fica restrito a uma estrutura formal que define a cada dia.

Além de se mover com os olhos no retrovisor, a proposta encabeçada por esses autores flerta perigosamente com a desconsideração da dimensão material da luta política. Embora as transformações permanentes das relações de produção tornem mais incerta a inteligibilidade do

pertencimento de classe e as identidades políticas dela decorrentes, as classes e seus conflitos continuam centrais para a política. A grande contribuição que se depreende de trabalhos como os de Chatterjee e Gago é, com efeito, reconhecer que transformações no âmbito da produção e circulação de mercadorias devem levar a transformações das práticas políticas. Poderíamos dizer, com Gago (idem: 251), que “novas formas de inclusão e de construção de cidadania (...) desafiam o esquema republicanista liberal, porque já não se espera que a participação aconteça pela via institucional-formal nem pela via salarial-fordista”, considerando que tanto o voto como o salário contratual já não constituem mediações universais suficientes. O que não implica afirmar, por óbvio, que a subversão completa da institucionalidade liberal seja questão de tempo. As disputas políticas contemporâneas devem, com efeito, se apoiar e atravessar o Estado e suas instituições adjacentes, como já vem sendo feito por combinações peculiares de luta por dentro e por fora dos canais formais de representação. O que se pretende argumentar é que elas devem apontar para um processo político original que seja ao mesmo tempo destituente e instituinte, sem deixar de operar nos espaços instituídos de disputa (idem: 262; Castoriadis, 1990). Afinal, a crise do Estado e de suas instituições adjacentes não deve deixá-los incólumes. O sentido que ela tem assumido tem assustado e, em ampla medida, com razão. Mas a crise da democracia representativa pode revelar-se profundamente democrática – mesmo que não nos termos esperados e desejados por seus analistas e suas teorias.

Depois de um ciclo de deterioração democrática, marcado pela crise sucessiva dos sindicatos, dos partidos e do voto, a ideia de que estamos vivendo um período incerto e turbulento de recuperação da soberania popular não parece imbuída de um otimismo ingênuo. Um conjunto importante de evidências, com efeito, reforça a constatação de que formas irregulares de luta têm cruzado a fronteira entre as esferas institucional e extrainstitucional para revigorar a dimensão participativa da política, inerente a uma concepção substantiva de democracia. A simples permeabilidade dos governantes a demandas dos governados pode ser considerada um avanço em relação a um estado em que uma grande massa de votantes não tem nenhuma capacidade de intervir na gestão do Estado. Seria ilógico, em contrapartida, desconsiderar a resiliência das instituições do Estado moderno – mesmo porque qualquer concepção de democracia supõe alguma institucionalidade. Mouffe acerta, aliás, ao enfatizar a importância da política para conformar identidades coletivas e

a relevante adesão popular a formas moderadas, contidas, de transformação<sup>21</sup>. Mas erra ao ignorar a dimensão da crise que contamina essa mesma institucionalidade, notadamente os partidos, e ao recusar o potencial democrático da luta que trespassa os contornos formais da política. Muito mais grave é a resposta liberal para a crise. Tanto em suas versões mais ingênuas quanto nas mais cínicas, afinal, a solução passa pela redução do pouco que resta de participação popular. Cabe perguntar que democracia é essa que o liberalismo reivindica salvar.

## Conclusão

Este artigo não tinha a pretensão de delinear os caminhos, mais ou menos virtuosos, que vêm tomando a política e a democracia nos tempos que correm. Seu objetivo era simplesmente alimentar uma discussão sobre as concepções de democracia que têm orientado o debate acerca de sua crise. Mais do que isso, porém, ele buscou alertar a respeito dos riscos que implicam a redução do escopo normativo dessa categoria ao qual círculos progressistas têm aderido. Algo que consiste, ao mesmo tempo, em um erro estratégico e uma opção política questionável. Pois por um lado, negligencia-se as angústias e necessidades das massas que recorrem a alternativas reacionárias em nome de uma ordem que está morrendo e não dá nenhum sinal relevante de sobrevida. Por outro lado, a ofensiva antipopulista denota, no melhor dos casos, uma resignação com o estado de coisas ameaçado. Ao defender a democracia de sua crise, intelectuais progressistas estão, finalmente, adotando uma concepção deveras limitada do conceito. Pior ainda, fazem coro aos que sugerem que sua preservação depende da exclusão política das camadas populares e associam, no limite, a estabilidade democrática a pouca participação. Enfim, a saída que se apresenta como a mais responsável para a crise da democracia liberal nada mais é que uma fuga insensata para trás. E parte da esquerda parece querer liderar a corrida.

---

<sup>21</sup> Para o caso brasileiro ver Os sentidos do Lulismo, de André Singer.

## Bibliografia

Boito Jr., Armando. "O lulismo, o populismo e o bonapartismo". In: Boito Jr., Armando, *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

Chatterjee, Partha. *The politics of the governed: reflections on popular politics in most of the world*. Nova York: Columbia University Press, 2004.

Diamond, Larry. "Facing Up to the Democratic Recession." *Journal of Democracy*, no. 1 (2015): 141-55.

Errejón, Iñigo e Mouffe, Chantal. *Construir pueblo: hegemonia y radicalización de la democracia*. Barcelona: Icaria, 2015.

Ferreira, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

Gago, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018

Laclau, Ernesto. *A Razão Populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

Laclau, Ernesto e Mouffe, Chantal. *Hégémonie et stratégie socialiste*. Paris: Les Solitaires Intempestifs, 2009.

Levitsky, Steven e Ziblatt, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Limongi, Fernando. "Abaixo da linha da miséria". Valor Econômico, 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/6029415/abaixo-da-linha-da-miseria>

Manin, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press New York, 1997.

Mouffe, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015

\_\_\_\_\_. *For a left populism*. Londres: Verso, 2018.

Pinheiro-Machado, Rosana e Scalco, Lucia Mury. "Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista". In: Solano Gallego, Esther (Org.), *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Rancière, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 2018.

Streeck, Wolfgang. *How will capitalism end?* Londres: Verso, 2017.